



O ENSINO DE GEOGRAFIA COMO PONTO DE PARTIDA PARA UMA PRÁTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL CONTÍNUA

Silvia Patrícia da Silva Marques¹ - UNICENTRO
Mirela Ramos Moimaz² - UNICENTRO

Grupo de Trabalho – Educação e Meio Ambiente
Agência Financiadora: não contou com financiamento

Resumo

Desde a implantação da educação ambiental no currículo escolar por meio dos temas transversais em 1997, a polêmica de “como fazer” tem tomado conta dos educadores e durante muito tempo a educação ambiental tem sido feita através de projetos que acontecem em determinados períodos do ano letivo, porém a proposta não tem contemplado seu principal objetivo que é o de uma educação ambiental contínua, nascendo então a proposta que propõe criar uma disciplina específica para que se trabalhe a educação ambiental. Porém a geografia é uma ciência que surge da contemplação da natureza e que mais tarde conforme o homem se apodera do espaço e faz uso deste, volta-se para a ação do homem no espaço e sua relação com o mesmo. Logo a geografia é a ciência que por natureza se dedica a relação homem/espaço. Se olharmos pelo lado de que a educação ambiental também precisa ser pautada no espaço e na relação do ser humano com o meio ambiente, temos o ensino de geografia como um ótimo ponto de partida para a educação ambiental nos diversos níveis de ensino, de modo que ao trabalhar os conteúdos de geografia o professor passaria abordar também a questão ambiental, apontando os impactos das ações humanas, no meio e aventando formas de reduzir esses impactos sensibilizando o aluno para a questão ambiental. O presente trabalho é uma revisão bibliográfica que trata da contemplação da educação ambiental contínua a partir dos conteúdos trabalhados na geografia. Uma vez que mesmo tendo se passado quase vinte anos desde a implementação da educação ambiental, ainda podemos notar que esta não têm cumprido adequadamente com o seu propósito.

Palavras-chave: Educação ambiental contínua. Ensino de geografia. Sensibilizar.

¹Mestranda, pesquisadora do programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO, Campus CEDETEG. Guarapuava, especialista em Perspectivas do Ensino de História do Brasil pela Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO, Campus de Irati, Graduada em licenciatura geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, Campus Uvaranas. Ponta Grossa - Pr. E-mail: prof.silviapaty@gmail.com

²Mestranda, pesquisadora do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, Guarapuava – Pr. Especialista em Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, e Educação no Campo. Graduada em Licenciatura Plena em Ciências Biológicas pela Faculdade Estadual de Filosofia Ciências e Letras de Cornélio Procópio – FAFICOP - Pr. E-mail: mirelahelbel@bol.com.br

Introdução

Estamos inseridos numa sociedade antropocêntrica, de economia capitalista, hábitos consumistas e projetos imediatistas, o que resultou em um mundo ambientalmente em crise. Nossos padrões de consumo são elevadíssimos, o que demanda de muitos recursos naturais e energéticos que por consequência produzem uma quantia de resíduos sólidos muito maior do que nosso planeta pode suportar. Portanto carecemos de uma educação ambiental eficiente e contínua, capaz de sensibilizar crianças e adolescentes quanto a necessidade do consumo consciente, da reciclagem e do descarte correto do lixo produzido e principalmente levando os a serem agentes de conscientização na comunidade em que estão inseridos.

Durante toda a história da civilização o homem precisou retirar da natureza seu sustento e os recursos para a sua sobrevivência, porém com a evolução das técnicas o advento do capitalismo e as revoluções nos meios de produção esse papel que era de dependente dos recursos naturais passa a ser de senhor da natureza e tudo quanto essa possa oferecer passou a ser visto como mercadoria.

Com certeza é muito difícil mudar séculos de comportamento construído historicamente, ir contra a ideologia do progresso e a falsa ideia de que não fazemos parte do meio ambiente e que a natureza está aí para nos servir. Em contrapartida inúmeros acontecimentos e catástrofes ambientais nos apontam para a urgência de uma nova forma de interagir com o meio ambiente, de forma a minimizar as agressões causadas pelo ser humano e reequilibrar a balança homem/natureza.

A educação ambiental passa então a ser uma forma de reequilibrar o homem com a natureza, ela nasce como fruto da luta de ambientalistas e ecologistas, é discutida no mundo todo e passa a fazer parte do currículo da educação básica no Brasil, entretanto em quase duas décadas desde sua criação, ainda perdura a discussão de como fazer acontecer. Podemos observar que há muitos equívocos na forma como vem sendo aplicada, o que tem gerado muitas discussões sobre a prática da educação ambiental e as possíveis mudanças que a implementem de fato de forma continuada no ensino básico.

O ensino de geografia por sua vez tem todo um perfil que possibilita, através de seus conteúdos a prática da educação ambiental de forma contínua. Ao se trabalhar o espaço

geográfico³, considerado o objeto de estudo da geografia, o educador tem todas as prerrogativas para promover a educação ambiental, já que esta não pode ser dissociada do espaço, logo cada aula de geografia também pode ser uma aula de educação ambiental.

As questões problemas são:

- É possível desenvolver a prática da educação ambiental a partir dos conteúdos trabalhados na disciplina de geografia?

- Como redesenhar, uma prática que perdura por mais de uma década?

Buscando responder a estes questionamentos, a pesquisa em questão aborda os temas educação ambiental e o ensino de geografia, relacionando-os e integrando-os.

Educação Ambiental: Uma Resposta à Crise Ambiental

Após séculos de civilização, evolução de técnicas de trabalho e mudanças significativas na forma de se produzir, consumir e descartar, emerge a necessidade de repensar a forma como o homem tem se relacionado com o meio ambiente.

A educação ambiental nasce como uma proposta inovadora que visa combater a forma como a humanidade tem se apropriado dos recursos naturais e como tem agido no meio ambiente e nessa perspectiva é necessário esclarecer o que realmente é o ato de educar e como produzi-lo de forma eficaz e significativa.

Segundo Saviani (1944, p. 14) “o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida historicamente e coletivamente pelo conjunto dos homens”. Logo o ato de educar é muito maior que transmitir conhecimento, tem mais haver com humanização do educando, pelo conhecimento adquirido pela humanidade durante toda sua história, do que com memorização e uniformização. Trata-se de um processo onde o conhecer leva a crítica, a olhar para o que a humanidade conquistou até então e pensar se devemos continuar o processo, retroceder, ou redirecioná-lo, ser humano nos permite algo que é realmente o que se pode chamar de livre arbítrio, que é, a capacidade de no auto avaliarmos e de mudarmos nossa postura, se assim acharmos melhor.

³ “ Um conjunto indissociável de que participam de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais e, de outro, a vida que os preenche a alma, ou seja, a sociedade em movimento. O conteúdo (a sociedade) não é independente da forma (os conteúdos geográficos) e cada forma encerra uma fração de conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isso: um conjunto de formas, contendo cada qual frações da sociedade em movimento” (Santos, 1994, p.26).

Porém, não se trata de uma tarefa fácil, por isso implementar a educação ambiental no ensino básico, onde o ser humano ainda está em formação, onde há a possibilidade de incutir valores, posturas éticas e ambientalmente corretas. Trata-se de um processo longo, que exige tempo e dedicação, mas que pode produzir sim, os frutos que se deseja.

Para tanto, é necessário “enxergar o meio ambiente⁴ como lugar onde se faz a história (o ambiente histórico e social), já que o ser humano tem responsabilidade sobre a crise ambiental que o mundo vive” (DICKMANN, 2010, p.27). De forma que não basta apenas olhar para nossas agressões contra o meio ambiente, é preciso olhar criticamente de forma a não apenas ver mais, mas incluir-se ativamente neste contexto, para que possamos minimizá-lo e por que não, o reverter.

Quando olhamos criticamente onde estamos e como chegamos até aqui enquanto humanidade, podemos observar que coisas precisam ser mudadas. Quando observamos, a montanha de resíduos que temos produzido, a situação da camada de ozônio, a condição do ar que respiramos, as catástrofes ambientais em várias partes do mundo. Temos nos questionado? Nos entristecemos? Tomamos uma atitude? Na maioria das vezes a resposta para essas questões é negativa. Não porque somos maus e nos regozijamos com a destruição do meio ambiente, mas porque estamos cauterizados, cegos, insensíveis a essas questões. A educação ambiental vem causar uma rachadura nessa casca, e promover a sensibilização dos educandos levando-os a desenvolver o livre arbítrio a que têm direito.

No Artigo 225 da Constituição Federal expõe a seguinte abordagem:

todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida impondo-se ao Poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. BRASIL (1988).

É consenso que o homem não pode sobreviver em um meio ambiente desequilibrado, também é consenso que o homem é o maior, senão o único agente que, para atender sua ambição e consumismo, tem desequilibrado o seu suporte de vida (meio ambiente), logo as políticas públicas, de educação, saúde, moradia, devem empenhar-se cada qual na sua área, em redirecionar a humanidade, para a sustentabilidade.

⁴ Conforme o CONAMA 306:2002, é o conjunto de condições, leis, influência e interações de ordem física, química, biológica, social, cultural e urbanística, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas (LIMA,2007). Segundo a ISO 14001:2004 é definido como: “circunvizinhança em que uma organização opera, incluindo-se ar, água, solo, recursos naturais, flora, fauna, seres humanos e suas inter-relações. ”

A educação ambiental é uma resposta à preocupação dos movimentos dos ecologistas e também dos ambientalistas com a prática de conscientização, que mostre à sociedade a finitude e a distribuição desigual dos recursos naturais, e que também seja capaz de envolver os cidadãos em ações sociais necessárias ao meio ambiente, que podem ser de preservação ou de uso consciente dos recursos naturais, expõe Carvalho (2006).

De forma a atender a proposta advinda desses grupos, e também dos indicativos dos eventos internacionais, a Conferência de Tbilisi (1977) e de Moscou (1987) e nacional a Eco-92, em 1997, foram elaborados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), com o tema “Convívio Social, Ética e Meio Ambiente”, insere-se nos currículos do ensino fundamental a dimensão ambiental como um tema transversal, que segundo Torales (2006) seguem os moldes da reformulação utilizada na Espanha em 1990, cujo objetivo era romper com a fragmentação do saber escolar, pois esses temas seriam o que excede cada uma das disciplinas escolares para além dos muros da escola, objetivando uma educação formadora de cidadãos.

Sendo assim como resposta aos acontecimentos anteriormente citados, promulga-se a Lei 9.795/1999, que expõe os conceitos e princípios para a Educação Ambiental:

art. 1 - entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

art. 2 - a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal. (BRASIL, 1999)

A educação ambiental é estabelecida nos cadernos temáticos criados legalmente pelo governo, chamados temas transversais, estes são cadernos temáticos que segundo Torales (2006) imitam os moldes da reformulação utilizada na Espanha em 1990, objetivando romper com a fragmentação do saber escolar, onde esses temas transporiam as disciplinas escolares para além dos muros da escola, a fim de proporcionar uma educação capaz de formar cidadãos.

Segundo Vestena (2003) mesmo com o avanço significativo na institucionalização da educação ambiental percebe-se que os projetos desenvolvidos nas escolas não atendem aos fins propostos pela lei promulgada em 1999, de forma que há um abismo entre a proposta e o que é realmente realizado.

Na ocasião em que foram estabelecidos os moldes de como a educação ambiental deveria ser implementada nas escolas, ficaram dúvidas em como seria realizada tal proeza, objetivava-se uma educação formadora de cidadãos, contínua, pelos temas transversais onde este papel seria de todas as disciplinas e integrantes da comunidade escolar. Mas como?

Algumas disciplinas apresentavam certa facilidade em abordar as questões ambientais, porém para outras, essa missão era deveras complicada para não dizer impossível, logo surgem os primeiros projetos onde toda comunidade escolar passa a envolver-se na educação ambiental, porém são eventos estanque, não contemplando a continuidade a que se referem os cadernos temáticos e propõe a lei.

Sato (2001) debate e expõe os desafios da educação ambiental, a partir de algumas brechas existentes na prática desta, que conforme ela são:

- representações da EA: os diversos campos representativos da sua dimensão - ora compreendida como processo pedagógico em detrimento da natureza; ora estabelecida como gestão de recursos sem enfoque educacional;
- (des)envolvimento Humano: a luta contra a homegenização do termo “desenvolvimento sustentável” e do alto valor economicista nele explícito, [...] principalmente no intenso momento de globalização, onde o aparato tecnológico mascara as pluralidades regionais e robotiza os seres humanos;
- uno ao Múltiplo: a dificuldade em sair dos nossos enclausuramentos teóricos na busca de diálogos entre as diversas áreas do conhecimento, reconhecendo que não existe, hoje, uma única área capaz de responder, sozinha, à dimensão da EA;
- currículo fenomenológico: a necessidade de se criar espaços democráticos para o desenho curricular, em espaços abertos de avaliação e na aceitação da educação não-neutra e não homogênea, em detrimento da imposição dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN);
- educação inicial e continuada: a carência da introdução da EA nos currículos de graduação, pós-graduação e cursos de formação continuada, além de outros programas educacionais que versem sobre a formação de profissionais;
- reflexão e ação: o abandono da insuficiência de refletirmos sobre nossas ações, através das ações pontuais e intervenções passageiras, para um estudo investigativo que permita a construção da pesquisa em EA. (SATO, 2001, p. 19, grifo nosso)

São inúmeras as lacunas, que se pode observar na educação ambiental, praticada até então. Porém apesar dos enormes desafios aqui citados, apresentamos as possibilidades de se trabalhar a educação ambiental de forma continuada através do ensino da geografia, que por sua vez traz o homem e sua relação com o espaço, nas mais variadas formas, abordando desde os aspectos físicos do espaço e as ações da natureza até as ações do homem sobre o mesmo, sobre perspectivas econômicas, sociais, ambientais, culturais e políticas, de forma que em todos esses processos as alterações causadas pelas ações humanas e as possíveis formas de reduzir os impactos podem ser abordados em sala de aula.

Rodrigues e Silva (2009, p. 178, 179) falam que a educação ambiental é pensada a partir da percepção da realidade de diversos sujeitos sociais e a partir desse conceito eles descrevem quatro diferentes concepções filosóficas e políticas que regem a educação ambiental de nossos dias: - Educação ambiental tecnicista; educação ambiental comportamental; educação ambiental ética e educação ambiental ético-social. Sendo que cada uma contempla grupos econômicos e sociais distintos e suas aspirações.

Rodrigues e Silva, explicam o porquê da necessidade de se projetar e instrumentar a educação ambiental, segundo eles:

[...] a humanidade em geral e o planeta Terra, no qual ela vive, estão imersos numa profunda crise civilizatória, de caráter ambiental e que, de uma forma ou de outra, afeta todos os sistemas locais e regionais, incluindo seus grupos sociais. (Rodrigues e Silva, 2009, p. 175)

Logo a educação ambiental é a maneira mais eficiente de reverter esse processo de (des)civilização do qual a humanidade é o principal agente.

A geografia: ponto de partida para a educação ambiental

A Geografia é uma ciência que nasce da observação da natureza e acredita-se que desde antes de sua sistematização no século XIX, os povos coletores deviam a sobrevivência do clã ao conhecimento do espaço, os navegadores tinham ou não êxito em suas viagens conforme a habilidade de ler e confeccionar cartas, povos conquistavam ou eram conquistados graças ao conhecimento geográfico. Logo podemos observar que a geografia é a ciência que faz parte da vida humana desde os primórdios, conforme nos expõe Mendonça (2004):

a geografia é, sem sombra de dúvidas, a única ciência que, desde a sua formação, se propôs ao estudo da relação entre os homens e o meio natural do planeta – meio ambiente, atualmente, em voga é propalado na perspectiva que engloba o meio natural e o social (MENDONÇA, 2004, p. 22-23).

Com o advento tecnológico, as mudanças nas relações do homem com o meio foram deixando de ser meramente de subsistência para se tornarem de exploração por parte do homem e subserviência por parte da natureza. Quanto mais o ser humano acumula técnica e tecnologia, mais cresce a desigualdade social e a exploração dos recursos naturais. Homem e natureza tornam-se mercadoria nas mãos de uma minoria que explora como, quanto e quando lhe convém.

Essa nova relação do homem com a natureza e com o próximo, desencadeada pelas revoluções industriais, e solidificadas com o auge da globalização tem deixado marcas profundas. Pois na ânsia de lucrar cada vez mais explora seu semelhante tornando-o mão-de-obra ou mero consumidor, retira da natureza a matéria prima, para fabricar seu produto, mantêm sua média de produção e lucratividade, incentivando o consumismo⁵ e assim produzindo cada vez mais resíduos e retirando cada vez mais recursos da natureza, enquanto que, uma grande parcela desfavorecida vive em áreas de risco à mercê das catástrofes ambientais consequentes dessa relação doentia estabelecida entre o homem seu semelhante e o meio ambiente. Segundo Oliveira (2007):

ao buscar compreender as relações econômicas, políticas, sociais e suas práticas nas escalas local, regional, nacional e global, a Geografia se concentra e contribui, na realidade para pensar o espaço, como uma totalidade em que se passam todas as relações cotidianas e se estabelecem nas redes sociais das referidas escalas. (OLIVEIRA, 2007, p.45)

A geografia permite ao homem, entender tais relações que se estabelecem no mundo, também lhe fornece subsídios para que o por si só possa alterar essas relações, a fim de torná-las menos destrutivas e mais aprazíveis a todos aqueles que as integram. [...] “A Geografia fundamentada eticamente associa Educação Ambiental a mudanças profundas na percepção dos seres humanos, sobre o papel que devem desempenhar no ‘Ecossistema Planetário’” (OLIVEIRA, 2007, p.45).

Cabe a geografia o papel de conscientizar, onde segundo Freire:

a conscientização é mais que a simples tomada de consciência. Supõe, por sua vez, superar a falsa consciência, quer dizer, o estado de consciência semi-intransitiva ou transitiva ingênua, e uma melhor inserção crítica da pessoa conscientizada numa realidade desmitologizada. (FREIRE, 1977, p. 105)

CAPRA (2006 Apud. VESTENA, 2003, p. 37), explica que quanto mais se estuda os problemas sociais de nossa época, percebe-se que a visão mecanicista do mundo e seu sistema de valores, geram tecnologias, instituições e estilos de vida extremamente patológicos.

Vivemos um processo inverso ao que naturalmente a humanidade foi exposta inicialmente, onde o homem precisava adaptar-se as condições naturais e sobreviver a elas, hoje é a natureza que precisa adaptar-se e sobreviver à humanidade. Conforme

⁵ Significado de "consumismo" no **dicionário Aurélio** online de português: Hábito ou ação de consumir muito, em geral sem necessidade.

(GUIMARÃES, 1995, p. 33), os seres humanos superam, e muito, os seus limites biológicos de intervenção no meio, atingindo duramente a capacidade de suporte do ambiente.

Podemos dizer que, vivemos uma época que prenuncia uma catástrofe ambiental, onde os recursos hoje consumidos e desperdiçados, nos serão escassos, nosso padrão de vida não poderá ser mantido diante da crise hídrica, das catástrofes climáticas, da poluição do ar, da água e do solo. O homem não é nada sem os recursos básicos que lhe garantem, morar, respirar e alimentar-se, por isso é preciso que se veja como parte integrante do meio ambiente e não apenas seu dono, que entenda a necessidade da manutenção deste, para que assim também garanta a sua própria existência e perpetuação da espécie. Para tanto a educação ambiental precisa ser realizada de forma eficaz, para que se propague para além dos muros da escola.

Creemos que toda a educação básica carece de passar por um momento de reestruturação, adequando o ensino às necessidades vigentes, da época e do espaço em que se insere, durante muito tempo a educação tradicional, mascarou a educação como uma prática unilateral, onde o professor (agente ativo) ensina o aluno (agente passivo), o que não era diferente no ensino de geografia, conforme nos descreve Lacoste (1976):

uma disciplina maçante, mas antes de tudo simplória, pois, como qualquer um sabe, “em geografia nada há para entender, mas é preciso ter memória...” De qualquer forma, após alguns anos, os alunos não querem mais ouvir falar dessas aulas que enumeram, para cada região ou para cada país, o relevo – clima – vegetação – população – agricultura – cidades – indústrias. (LACOSTE, 1976, p.21)

Mais de três décadas depois, Oliveira (2007), aponta algumas das dificuldades da inovação na forma de se produzir o ensino atualmente:

a falta de discussão de propostas inovadoras dificulta a renovação do ensino, especialmente de geografia, pois a educação deve se orientar de forma decisiva para formar as gerações atuais, configurando novas possibilidades de ação. Isto nos remete a uma necessária reflexão sobre os desafios que estão sendo colocados para mudar as formas de pensar e de agir em torno da questão ambiental numa perspectiva contemporânea. (OLIVEIRA, 2007, p.18)

Sendo assim, propomos uma educação ambiental que seja pautada no ensino de geografia e que caminhe junto como os conteúdos desta disciplina, lançando a cada aula o desafio de não somente conscientizar, mas de sensibilizar o aluno, desafiar-lo a ser um agente transformador em seu lar, bairro, cidade e porque não em seu país, e dessa forma buscar remissão de todo descaso da humanidade para com a questão ambiental, nos últimos séculos.

E assim [...] “nas condições de verdadeira aprendizagem os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo.” (FREIRE, 1996, p. 26)

Segundo Saviani (1944, p.28) “só se aprende de fato, quando se adquire um *habitus*, isto é, uma disposição permanente, ou, dito de outra forma, quando o objeto de aprendizagem se converte numa espécie de segunda natureza”, dessa forma cremos que esse deve ser o objetivo almejado pelo professor de geografia ao pensar e realizar sua prática pedagógica, produzir no aluno uma “segunda natureza” onde os hábitos de cuidado com o meio ambiente sejam inerentes a sua rotina.

Metodologia

O presente trabalho pautou-se numa pesquisa teórica a partir de exaustiva revisão bibliográfica, onde foram pesquisados autores que tratam da Educação ambiental, do ensino de geografia e da educação como um todo.

Foram pesquisados os movimentos que deram origem à educação ambiental, as leis e deliberações que a regem, bem como o elo que liga a educação ambiental ao ensino de geografia.

Por último foi analisado o histórico da Educação ambiental, como tem sido aplicada, nas diversas modalidades de ensino bem como as lacunas que têm sido deixadas pela forma como vem sendo trabalhada, aventando-se assim a possibilidade de que seja realizada a partir do ensino de geografia, de forma contínua e que busque a formação de cidadãos conscientes e sensibilizados.

Resultados e Discussões

A geografia apresenta grande potencial para ser o alicerce de uma educação ambiental contínua e relevante. Ao se trabalhar os conteúdos em sala de aula o professor pode lançar mão de expedientes que levem o aluno a refletir sobre questões como o consumismo, os impactos ambientais causados pelas ações humanas, a produção e o destino de resíduos sólidos, as atividades econômicas e seus impactos, o desenvolvimento sustentável, a qualidade do ar, da água e dos solos, de maneira que o aluno compreenda e envolva-se na prática de uma postura ambientalmente correta.

Originalmente a proposta da educação ambiental sugere uma prática transversal contínua e que envolva todas as disciplinas, porém concluímos que, a forma como vem sendo trabalhada tem deixado lacunas, que precisam ser preenchidas, com o objetivo de transcender o espaço escolar, atingindo também a comunidade na qual a escola se insere, e assim envolver não apenas alunos, mas seus pais, a vizinhança de escola, o comércio e a indústria local.

Um ensino de geografia que priorize a educação ambiental, vem dar o pontapé inicial para uma melhoria significativa desta, onde o assunto deixaria de ser tema de projetos esporádicos no decorrer do ano letivo e passaria a fazer parte do cotidiano do aluno, e gradativamente essa postura tomada pelo ensino de geografia, poderia servir de exemplo a outras disciplinas do currículo escolar, atingindo então seu objetivo primeiro.

Considerações finais

A educação ambiental continuada pautada no ensino de geografia, é uma proposta que visa uma conscientização e sensibilização ambiental contínua, através dos conteúdos de geografia ministrados nas aulas, têm o objetivo de preencher algumas das lacunas, deixadas pela educação ambiental, praticada nos últimos quase vinte anos, desde sua implementação.

Observamos que a forma como a sociedade têm agido sobre o espaço subjugando a natureza e seu semelhante, têm trazido consequências desastrosas e muitas vezes irreversíveis ao meio ambiente, prejudicando não apenas a fauna e a flora, mas a própria existência humana, o que nos leva a necessidade da conscientização e principalmente da sensibilização do ser humano, enquanto principal responsável pelos impactos causados no meio ambiente como um todo.

Partimos então do pressuposto que a educação ambiental deve começar na sala de aula, na escola, mas que deve romper as barreiras e ultrapassar seus muros, levando a conscientização e a sensibilização para seus lares, bairros e sua cidade. Cada aluno torna-se um agente disseminador da consciência ambiental, buscando alcançar mais e mais adeptos, dessa nova maneira de ver, agir e pensar o mundo.

Notamos no decorrer da pesquisa que a geografia, enquanto disciplina escolar, conta com a facilidade de abordagem das questões ambientais, e de uma proximidade muito grande de seu objeto de estudo com as necessidades da prática da educação ambiental, uma vez que ambos tratam do homem e sua relação com o meio ambiente enquanto espaço, de forma que

essa união tende a dar ótimos resultados, proporcionando aos alunos uma reflexão, quanto as ações humanas e as consequências destas.

Por fim concluímos que a educação ambiental precisa sofrer alterações, uma vez que da forma como vem sendo aplicada não tem atendido às exigências e necessidades para qual foi estabelecida, ao aliarmos sua prática ao ensino de geografia a tornamos uma prática reflexiva, que pauta-se no conhecimento geográfico e científico trazido pelo professor, mas também nas experiências do aluno, bem como suas necessidades e anseios, promovendo a integração do conhecimento com as questões cotidianas, a fim de gerar no aluno a consciência de que, este é um agente integrante e ativo do meio ambiente e por tanto tem responsabilidade sobre o mesmo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério de educação e do Desporto. **Lei nº. 9.795 de 27 de abril de 1999.**

Dispõe sobre a educação ambiental, institui a política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, n.79, 28 abr.1999.

_____. **Constituição Brasileira.** Capítulo VI, Artigo 225 de 1988. Dispõe sobre o meio ambiente. Disponível em:
<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/constfed.nsf/16adba33b2e5149e032568f60071600f/62e3ee4d23ca92ca0325656200708dde?OpenDocument>. Acesso em 25 de maio de 2015.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: Formação do Sujeito Ecológico.** 2ª ed. São Paulo; Cortez, 2006.

DICKMANN, Ivo. **Contribuições do pensamento pedagógico de Paulo Freire para a educação socioambiental a partir da obra pedagogia da autonomia.** Dissertação de mestrado. UFPR, Curitiba, PR. 2010.

FREIRE, Paulo. **A Mensagem de Paulo Freire: Teoria Prática da libertação.** Porto Nova Crítica, 1977.

_____, Paulo. **Pedagogia da Autonomia.** Saberes necessários à prática educativa. 35ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GUIMARÃES, Mauro. **A dimensão ambiental na educação.** Campinas: Papyrus, 1995.

LACOSTE, Yves. **A Geografia – Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra.** Campinas: Papyrus, 1976.

LIMA, Ana Marina Martins. **Conceito de meio ambiente**. 2007. Disponível em: <http://ambientedomeio.com/2007/07/29/conceito-de-meio-ambiente/>. Acesso em 29 jul. 2015.

MENDONÇA, Francisco. **Geografia e meio ambiente**. 7. Ed. São Paulo: Contexto, 2004, 80.p.

OLIVEIRA, Whashington Candido de. **A contribuição da geografia para a educação ambiental**: As relações entre a sociedade e a natureza no Distrito Federal. Dissertação de mestrado. 2007. Disponível em: http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2741 Acesso em 26 de junho de 2015.

RODRIGUES, José Manuel Mateo, SILVA Edson Vicente da. **Educação Ambiental e desenvolvimento sustentável**: Problemáticas, tendências e desafios. Fortaleza, CE: UFC, 2009.

SANTOS. Milton. **Metamorfose do Espaço Habitado**. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SATO, Michele. **Debatendo os desafios da educação ambiental**. 2001. Disponível em: <http://www.cpd1.ufmt.br/gpea/pub/DesafiosEA.pdf> Acesso em: julho de 2015.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia Histórico-crítica**: Primeiras aproximações. 3ºed. São Paulo, SP: Cortez, 1944.

TORALES, Marília Andrade. **A práxis da educação ambiental como processo de decisão pedagógica**. 2006. Disponível em: <http://dspace.usc.es/bitstream/10347/9496/1/b20101545.pdf> Acesso em: 16 de junho de 2015.

VESTENA, Carla Luciane Blum. **Piaget e a questão ambiental**: Sujeito epistêmico, diagnóstico e considerações educacionais. São Paulo, SP: Cultura acadêmica, 2003.